



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE - CMDCA
ATALANTA

Nota

Nome do Candidato (a): _____
Domingo, 28 de abril de 2024.

INSTRUÇÕES

Verifique, no caderno de prova, se faltam folhas, se a sequência de questões, está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Para cada questão são apresentadas 4 (quatro) alternativas diferentes de respostas (A, B, C, e D). Apenas uma delas constitui a **resposta correta** em relação ao **enunciado da questão**. Utilize somente **caneta esferográfica com tinta azul ou preta**. Questões em branco ou que contenham mais de uma resposta ou rasuras **SERÃO DESCONSIDERADAS**. As observações ou marcações registradas no caderno das questões objetivas não serão levadas em consideração.

A prova sem consulta. Os três últimos candidatos devem permanecer na sala até a entrega da última prova.

É PROIBIDO O USO DE TELEFONES CELULARES E FOTOGRAFAR A PROVA.

CARTÃO RESPOSTA

1	A	B	C	D
2	A	B	C	D
3	A	B	C	D
4	A	B	C	D
5	A	B	C	D
6	A	B	C	D
7	A	B	C	D
8	A	B	C	D
9	A	B	C	D
10	A	B	C	D

11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D

ma



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATALANTA

PROVA

01 Assinale a alternativa CORRETA em relação ao Conselho Tutelar.

- A) O Conselho Tutelar é órgão provisório e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e dos adolescentes.
- B) Lei municipal disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros.
- C) O exercício efetivo da função de conselheiro não constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
- D) Em cada Município haverá, no mínimo, 2 (dois) Conselhos Tutelares como órgão integrante da administração pública local, composto de 10 (dez) membros, escolhidos pela população local para mandato de 8 (quatro) anos, não sendo permitida recondução.

02. As decisões do Conselho Tutelar somente podem ser revistas:

- A) Pelo Poder Executivo Municipal a pedido de quem tenha interesse legítimo.
- B) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha interesse legítimo.
- C) Pelo Ministério Público a pedido de qualquer membro da sociedade.
- D) As decisões do Conselho Tutelar, quando unânimes, não podem ser revistas.

03. Assinale a alternativa que NÃO apresenta uma atribuição do Conselho Tutelar, conforme artigo 136 do ECA:

- A) Assessorar o poder executivo municipal na elaboração da proposta orçamentaria.
- B) Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- C) executar as medidas socioeducativas.
- D) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.

04. Nos termos do artigo 140 do ECA, alguns parentes estão impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar. Assinale a alternativa que NÃO indica um deles:

- A) Marido e mulher e padrasto ou madrasta e enteado.
- B) Ascendentes e descendentes e irmãos.
- C) Primos e primas.
- D) Sogro e genro ou nora e tio e sobrinho.

05. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) institui no seu artigo 4.º, que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Para tanto, a garantia de prioridade compreende:

- I. Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- II. Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- III. Proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais que assegurem o desenvolvimento físico.
- IV. Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude;
- V. Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

Está correto o contido em:

- A) I, II e III, apenas.
- B) I, II, IV e V, apenas.
- C) I, II, III e IV, apenas.
- D) II, III, IV e V, apenas.

06. O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre a política de proteção integral à criança e ao adolescente, a saber:

- I. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em

ma



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE - CMDCA

ATALANTA

processo de desenvolvimento após os vinte e um anos de idade.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. A criança e o adolescente não gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

IV. Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Segundo o ECA, está correto o contido em:

- A) I, II e IV, apenas
- B) II e IV, apenas.
- C) I, III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.

07. Ao tratar do Direito à Convivência Familiar e Comunitária, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069, de 13.07.90) dispõe que: Assinale a alternativa Correta:

A) O poder familiar será exercido em igualdade de condições pelo pai e pela mãe na forma do que dispuser a legislação civil, assegurado a qualquer um deles o direito de, em caso de discordância, recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.

B) Aos pais ou ascendentes diretos (avós, tios) incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse da sociedade, a obrigação de cumprir e fazer cumprir as determinações judiciais.

C) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

D) Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, não terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

08. A professora de educação infantil de escola pública colocou uma criança de quatro anos de castigo, com os braços abertos, na frente da classe. O pai fez Boletim de Ocorrência e a denunciou ao

Ministério Público. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a atitude da professora pode ser enquadrada como:

- A) Compatível com as normas previstas para a educação escolar, portanto, isenta de qualquer culpa.
- B) Medida punitiva prevista em lei e fundada em princípio educacional, que deve ser julgada à luz dos fatos que a provocaram.
- C) medida que é contrária a lei de proteção, que prega o dever de todos velarem pela dignidade da criança.
- D) Medida educativa prevista para casos de indisciplina e de desobediência, especificamente quando ocorre com professores, em sala de aula.

09. Considera-se criança, para os efeitos da Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990:

- A) a pessoa com doze anos de idade completos;
- B) a pessoa até onze anos de idade incompletos;
- C) a pessoa até onze anos de idade completos;
- D) a pessoa até doze anos de idade incompletos.

10. Para candidatar-se a membro do Conselho Tutelar, serão exigidos do candidato os seguintes requisitos, conforme artigo 132 do ECA. Assinale a alternativa que apresenta uma das condições:

- A) reconhecida idoneidade moral;
- B) idade superior a 18 anos;
- C) residir no estado;
- D) todas as alternativas anteriores.

11. São atribuições do Conselho Tutelar, EXCETO:

- A) Promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança. Representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.
- B) Encaminhar ao poder executivo notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- C) Expedir notificações.
- D) Assessorar o poder executivo na propoista orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

Ana



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA
E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATALANTA

12. É proibida a venda à criança e adolescente de:

- A) refrigerantes;
- B) bebidas alcoólicas;
- C) brinquedos certificados pelo INMETRO;
- D) revistas de interesse científico.

13. Marido e Mulher podem servir no mesmo Conselho Tutelar? Assinale a alternativa CORRETA:

- A) Não, baseado no artigo 140 do ECA.
- B) Sim, desde que não sejam em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- C) Sim, comprovado a união em certidão de casamento oficial pelo cartório.
- D) Não, no entanto poderá ser aberto precedente se optarem em trabalhar em horários diferenciados.

14. Verificada a prática de ato infracional, a autoridade competente poderá aplicar ao adolescente quais medidas descritas abaixo?

- I – Advertência.
- II – Obrigação de reparar o dano.
- III – Prestação de serviços forçados.
- IV – Liberdade assistida.
- V – Inserção em regime de semi-liberdade.
- VI – Internação em estabelecimento educacional.

- A) Apenas os itens I, II, IV, V e VI.
- B) Apenas os itens I, II, IV.
- C) Apenas os itens I, II, III, IV, V.
- D) Todas as medidas citadas acima.

15. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão os casos ao Conselho Tutelar: Marque a alternativa INCORRETA.

- A) Maus tratos envolvendo seus alunos.
- B) Reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- C) Elevados níveis de repetência.
- D) Os casos de alunos que não usam uniforme escolar

16. Criança e Adolescente devem ser considerados “PRIORIDADE ABSOLUTA” em quaisquer circunstâncias. Considerando-se este aspecto do

Estatuto da Criança e do Adolescente, a garantia de prioridade compreende: Marque a alternativa INCORRETA:

- A) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- B) Escolher onde e com quem morar, bem como definir seu horário escolar;
- C) Preferência na formulação e na execução das Políticas Sociais Públicas;
- D) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

17. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/1990 e alterações posteriores), as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas:

- A) à Justiça da Infância e da Juventude.
- B) ao Conselho Tutelar.
- C) às Instituições Sociais.
- D) a Famílias Substitutas.

18. Preencha com V para verdadeiro e F para Falso:

- () O Conselho Tutelar poderá requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário, podendo fazê-lo diretamente, sem autorização judicial;
- () Enquanto não instalados os Conselhos Tutelares, as atribuições a eles conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária;
- () Em cada Município haverá somente um Conselho Tutelar, composto de cinco membros, escolhidos pela comunidade local para mandato de três anos, permitida uma recondução;
- () É de competência de o Conselho Tutelar requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- () Reconhecida idoneidade moral, idade superior a vinte e um anos e residir no município são os requisitos exigidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente para a candidatura a membro do Conselho Tutelar.

- A) V, F, F, V, V
- B) V, V, F, V, V
- C) F, V, F, V, V

ma.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA

E DO ADOLESCENTE - CMDCA

ATALANTA

D) F, V, V, V, V

19. No dia 13 de julho de 2023, o Estatuto da Criança e do adolescente, Lei Federal nº 8069 completou:

- A) 33 anos
- B) 23 anos
- C) 13 anos
- D) 15 anos

20. Segundo o art. 19, § 2º do ECA, toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional, sua permanência não se prolongará por mais de:

- A) 08 (oito) meses;
- B) 06 (seis) meses;
- C) 18 (dezoito) meses;
- D) 02 (dois) anos.

ama.